

Catavento Cultural e Educacional

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do
Catavento Cultural e Educacional
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Catavento Cultural e Educacional (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Catavento Cultural e Educacional em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Catavento Cultural e Educacional

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Recursos vinculados a projetos	4	16.873	20.535	Fornecedores		54	18
Outros créditos		398	377	Projetos vinculados a executar	6	14.831	17.710
Impostos a recuperar		-	4	Salários, férias e encargos sociais		2.229	1.982
Despesas antecipadas		42	34	Outras contas a pagar		46	-
Total do ativo circulante		17.313	20.950	Total do passivo circulante		17.160	19.710
Depósitos judiciais		26	7	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	9.274	11.005
Imobilizado	5	9.096	10.839	Contingências	7	179	1.076
Intangível		178	166	Total do passivo não circulante		9.453	12.081
Total do ativo não circulante		9.300	11.012	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	9	-	171
Total do ativo		26.613	31.962	Total do patrimônio líquido		-	171
				Total do passivo		26.613	31.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receitas operacionais			
Recursos do contrato de gestão		51.948	54.744
Rendimentos financeiros - projetos com restrição		<u>2.530</u>	<u>2.206</u>
	10	54.478	56.950
Voluntários	11	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>54.489</u>	<u>56.950</u>
Despesas operacionais			
Atividades culturais			
Despesa com pessoal	11	(33.332)	(31.497)
Despesas gerais	12	(15.721)	(21.402)
Depreciação e amortização		(4.754)	(3.191)
Impostos, taxas e contribuições		-	(1)
Contingências		-	(461)
Outras despesas		(87)	(223)
Voluntários		<u>(11)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras		(53.905)	(56.775)
Despesas financeiras		<u>(584)</u>	<u>(175)</u>
		<u>(54.489)</u>	<u>(56.950)</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	171	-	171
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	171	-	171
Baixa de bens recebidos em doação	(171)	-	(171)
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	4.754	3.191
Baixa de bens recebidos em doação contabilizados no Patrimônio Social	(171)	-
Contingências	(353)	(698)
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	3.662	543
Outros créditos e impostos a recuperar	(17)	249
Despesas antecipadas	(8)	8
Depósitos judiciais	(19)	-
Aumento/(redução) nos passivos em		
Projetos vinculados a executar e obrigações com o Estado	(4.610)	(287)
Salários e provisão de férias e encargos sociais	247	365
Fornecedores e outras contas a pagar	82	(156)
Pagamento de contingências	(544)	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>3.023</u>	<u>3.215</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.030)	(3.225)
Baixa imobilizado e intangível	7	10
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(3.023)</u>	<u>(3.215)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Catavento Cultural e Educacional, também denominado “Catavento” ou “Entidade”, é uma Entidade Civil sem fins lucrativos constituída em 8 de março de 2007 e qualificada como organização social no âmbito da cultura através do processo nº SC-487-2007 em 16 de maio de 2007.

A Entidade tem objetivos de natureza sócio-educativas e culturais, consubstanciados na criação de espaços culturais e educacionais no Estado de São Paulo, notadamente os desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Cultura.

Para cumprimento de seus objetivos, a Entidade poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- a. Criar e gerir espaços culturais e educacionais que promovam o conhecimento geral, a ciência, o espírito criativo, a saúde e boas atitudes sociais entre as crianças e os jovens, através de instalações interativas e diversificadas segundo as suas finalidades;
- b. Desenvolver estudos e pesquisas sobre crianças e jovens.
- c. Promover atividades educacionais na comunidade, em conjunto com entidades públicas e privadas;
- d. Manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da educação, cultura e arte;
- e. Realizar, incentivar, patrocinar e promover eventos, congressos, simpósios, treinamentos, cursos e exposições.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 24 de fevereiro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 7 - Provisões para contingências.**

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº13 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Recurso vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento e aplicações financeiras.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) ***Instrumentos financeiros derivativos***

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

(i) ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulado, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Instalações	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	2 anos
Instrumentos musicais	5 anos
Sistema ar condicionado	2 anos
Brinquedos temáticos	2 a 5 anos
Marcas e Patentes	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2015 a Entidade registrou o montante de R\$ 11 referente a trabalhos voluntários.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº13.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Recursos vinculados a projetos

	2015	2014
Banco conta movimento	1	1
Aplicações financeiras	<u>16.872</u>	<u>20.534</u>
	<u>16.873</u>	<u>20.535</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 90% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2014).

5 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2015	2014
Instalações	20%	3.630	(2.732)	898	1.462
Móveis e utensílios	10%	2.122	(917)	1.205	1.270
Máquinas e equipamentos	20%	2.953	(1.754)	1.199	1.121
Equipamentos de informática e comunicação	20%	1.343	(1.211)	132	471
Benfeitoria em imóveis de terceiros	50%	7.949	(6.021)	1.928	2.188
Instrumentos musicais	20%	516	(352)	164	251
Sistema ar condicionado	50%	522	(522)	-	30
Brinquedos temáticos	50% a 20%	13.464	(10.207)	3.257	2.294
Acervo - projeto de terceiros	20%	174	(16)	158	-
Outros	10% e 20%	955	(826)	129	169
Imobilizações em andamento (a)	-	26	-	26	1.583
Total		33.654	(24.558)	9.096	10.839

- (a) Imobilizações em andamento - referem-se aos experimentos de Acervo que são desenvolvidos internamente para compor a área do expositivo.

Movimentação imobilizado

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Transferências (b)	Saldo em 31/12/2014
Instalações	3.809	67	-	(246)	3.630
Móveis e utensílios	1.925	158	-	(11)	2.072
Máquinas e equipamentos	1.786	648	(32)	(40)	2.362
Equipamentos de informática e comunicação	1.705	134	(8)	(106)	1.725
Benfeitoria em imóveis de terceiros	3.818	1.775	-	(26)	5.567
Instrumentos musicais	415	89	-	(2)	502
Sistema ar condicionado	522	-	-	-	522
Brinquedos temáticos	552	27	(30)	11.341	11.890
Outros	897	103	(8)	41	1.033
Imobilizações em andamento	2.852	224	-	(1.493)	1.583
Total	18.281	3.225	(78)	9.458	30.886

Catavento Cultural e Educacional
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Transferências (b)	Saldo em 31/12/2014
Instalações	(1.611)	(591)	-	34	(2.168)
Móveis e utensílios	(579)	(266)	-	43	(802)
Máquinas e equipamentos	(1.010)	(251)	31	(11)	(1.241)
Equipamentos de informática e comunicação	(1.112)	(181)	-	39	(1.254)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(2.047)	(1.358)	-	26	(3.379)
Instrumentos musicais	(161)	(90)	-	-	(251)
Sistema ar condicionado	(484)	(8)	-	-	(492)
Brinquedos temáticos	(551)	(306)	30	(8.769)	(9.596)
Outros	(779)	(65)	5	(25)	(864)
Total	(8.334)	(3.116)	66	(8.663)	(20.047)
Saldo líquido	9.947	109	(12)	795	10.839

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Transferências (b)	Saldo em 31/12/2015
Instalações	3.630	-	-	-	3.630
Móveis e utensílios	2.072	56	-	(6)	2.122
Máquinas e equipamentos	2.362	328	(141)	404	2.953
Equipamentos de informática e comunicação	1.725	8	(40)	(350)	1.343
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5.567	2.349	-	33	7.949
Instrumentos musicais	502	14	-	-	516
Sistema ar condicionado	522	-	-	-	522
Brinquedos temáticos	11.890	17	-	1.557	13.464
Acervo - projeto de terceiros	-	174	-	-	174
Outros	1.033	3	-	(81)	955
Imobilizações em andamento	1.583	-	-	(1.557)	26
Total	30.886	2.949	(181)	-	33.654

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Transferências (b)	Saldo em 31/12/2015
Instalações	(2.168)	(564)	-	-	(2.732)
Móveis e utensílios	(802)	(115)	-	-	(917)
Máquinas e equipamentos	(1.241)	(399)	135	(249)	(1.754)
Equipamentos de informática e comunicação	(1.254)	(206)	39	210	(1.211)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(3.379)	(2.636)	-	(6)	(6.021)
Instrumentos musicais	(251)	(101)	-	-	(352)
Sistema ar condicionado	(492)	(30)	-	-	(522)
Acervo - projeto de terceiros	-	(16)	-	-	(16)
Brinquedos temáticos	(9.596)	(611)	-	-	(10.207)
Outros	(864)	(7)	-	45	(826)
Total	(20.047)	(4.685)	174	-	(24.558)
Saldo líquido	10.839	(1.736)	(7)	-	9.096

(b) As transferências referem-se substancialmente aos experimentos de exposições que estavam sendo desenvolvidos internamente.

6 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldos em 01/01/2015	Valores recebidos / repasse	Captação de recursos e outros créditos	Rendimentos financeiros	Outras movimentações	Devoluções	Consumo e imobilizações	Saldos em 31/12/2015
Contrato gestão Catavento 07/2012 (a)	7.451	10.815	1.892	675	306	-	(10.901)	10.238
Contrato de gestão das Fábricas (b)	15.380	28.681	97	1.317	(37)	-	(36.406)	9.032
Contrato de gestão - Fábrica Belém (c)	5.084	5.666	20	491	52	-	(7.085)	4.228
Convênio - Secretaria de Educação (d)	143	-	-	-	(90)	(53)	-	-
Convênio- Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos- FID (e)	657	-	-	47	-	-	(97)	607
Total	28.715	45.162	2.009	2.530	231	(53)	(54.489)	24.105
(-) Obrigações com o Estado - Imobilizado e Intangível	(11.005)						1.731	(9.274)
Projetos a executar	17.710	45.162	2.009	2.530	231	(53)	(52.758)	14.831

- **Valores recebidos/captados** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

(a) Contrato de gestão - Catavento

Em 22 de dezembro de 2012, foi publicada no Diário Oficial do Estado, a contratação da Entidade pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período de 59 meses a partir de 1º de janeiro de 2013, através de novo Contrato de Gestão 07/2012 com valor global de repasses estimado em R\$ 48.677 para o período, podendo ser renovado, depois de ser demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas.

Durante o período do contrato, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para o fomento e a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos no “Espaço Cultural e Educacional da Criança/Museu Catavento”. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade. Durante o exercício de 2015, a Entidade recebeu R\$ 10.815 (R\$ 8.900 em 2014). A Entidade possui permissão de uso para o imóvel onde está instalada, conhecido como Palácio das Indústrias, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido imóvel.

(b) Contrato de Gestão - Fábricas

Em 21 de fevereiro de 2011, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, Contrato de Gestão pelo período de 60 meses a partir de 21 de fevereiro de 2011, através do Contrato de Gestão 01/2011 com valor global de repasses estimado em R\$ 142.000 para o período, podendo ser renovado, depois de ser demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas.

Em 18 de abril de 2013, foi celebrado o 3º (terceiro) aditamento ao Contrato de Gestão 01/2011, sendo a cláusula sétima alterada referente a importância global estimada em R\$ 136.342.

Durante o período do contrato, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para o fomento e a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos em quatro unidades denominadas “Centros Fábricas de Cultura” localizadas nos bairros de Sapopemba, Vila Curuçá, Itaim Paulista e Cidade Tiradentes, relativas ao Programa Fábricas de Cultura. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade. Durante o exercício de 2015, a Entidade recebeu R\$ 28.681 (R\$ 36.273 em 2014) decorrentes do Contrato de Gestão. A Entidade administra os imóveis onde estão instalados os Centros Fábricas de Cultura, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva dos referidos espaços.

(c) Contrato de Gestão - Fábrica Belém

Em 22 de junho de 2012, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, o Contrato de Gestão pelo período de 48 meses a partir de 22 de junho de 2012, através de Contrato de Gestão 03/2012 com valor global de repasses estimado em R\$ 30.387 para o período, podendo ser renovado, depois de ser demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas.

Durante o período do contrato, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para o fomento e a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos na unidade denominada “Fábrica de Cultura - Distrito do Parque Belém”, relativas ao Programa Fábricas de Cultura. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade. Durante o exercício de 2015, a Entidade recebeu R\$ 5.666 (R\$ 5.531 em 2014) decorrentes do Contrato de Gestão. A Entidade administra o imóvel onde está instalado a Fábrica de Cultura, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido espaço.

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- i. Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias;
- ii. Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- iii. Doações de entidades nacionais; e
- iv. Rendimentos de aplicações financeiras

Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2015 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) e para a Unidade de Formação Cultural (UFC) da Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 15 de maio, 07 de agosto e 06 de novembro de 2015, respectivamente. A prestação de contas referente aos relatórios de atividades anuais será enviada em fevereiro de 2016.

(d) Convênio - Secretaria de Educação

Em 2 de janeiro de 2012, foi celebrado o 2º Termo de Aditamento e Reti Ratificação ao Convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, majorando o valor global de repasses para R\$ 19.810. Durante o período deste convênio que se encerrou em 31 de dezembro de 2013, a Entidade recebeu do Governo recursos financeiros para consolidação e ampliação do “Projeto Catavento”. Durante o exercício de 2013, a Entidade recebeu R\$ 9.819 e quando do encerramento do contrato foi efetuado a devolução do valor residual de R\$ 4.536.

Em 29 de julho de 2014, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, um novo Termo de Convênio com término em 31 de dezembro de 2014, que tem por objetivo a conjugação de esforços voltada a disponibilizar o Museu Catavento, espaço educativo para visitação, e sítio eletrônico interativo para professores e alunos da rede pública estadual do Estado de São Paulo, ampliando o espaço da sala de aula para além dos muros da escola, e a proporcionar a crianças e jovens experiências que fundamentam a cultura escolar. Durante o exercício de 2014 a Entidade recebeu R\$ 6.565 e quando do encerramento do contrato foi efetuada a devolução do valor residual de R\$ 53 em 2015.

(e) Convênio - Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID

Em 24 de setembro de 2013, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID, Termo de Convênio pelo período aproximado de 18 meses a partir de 24 de setembro de 2013, com valor global de repasses estimado em R\$ 1.197 para o período, podendo ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do seu objeto, até o limite de 60 (meses), mediante termo aditivo.

Durante o período do convênio, a Entidade receberá do Estado recursos financeiros para execução do projeto “Valorização Histórica do Palácio das Indústrias”, como símbolo do dinamismo da capital paulista no início do século XX. Essas atividades e serviços são medidos por consonância com o Plano de Trabalho e seu cronograma físico-financeiro e relatórios trimestrais de execução, e a falta de alcance dos mesmos podem gerar penalidades à Entidade. Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Entidade não recebeu repasses.

7 Provisão para contingências

O Catavento reconhece a provisão para riscos civis e trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 2015, a Entidade figura como reclamada em 2 ações de natureza civil (4 em 2014) e 12 ações de natureza trabalhista (14 em 2014), que totalizam 14 ações em 2015 (18 em 2014). Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 179 (R\$ 1.076 em 2014), relativo ao risco trabalhista e cível classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Para os riscos acima existem depósitos judiciais que totalizam R\$ 26 (R\$ 7 em 2014).

8 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

9 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

10 Receitas operacionais

	2015	2014
Recursos governamentais - gestão Fábricas	34.991	32.546
Recursos governamentais - gestão Catavento	8.335	7.526
Recursos governamentais - gestão Fábrica Belém	6.575	6.199
Convênio- Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos- FID	50	181
Rendimentos financeiros	2.530	2.206
Bilheteria	1.056	781
Locação de espaço	323	200
Recursos governamentais - convênio educação	-	6.568
Outras	618	743
	<u>54.478</u>	<u>56.950</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advinda de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

11 Despesas com pessoal

	2015	2014
Salários	16.604	15.609
Encargos sociais	7.338	6.787
Férias e 13º salário	3.678	3.277
Benefícios	3.641	3.290
Estagiários	1.209	1.500
Serviços prestados - pessoa física	590	844
Outras despesas com pessoal	272	190
	<u>33.332</u>	<u>31.497</u>

12 Despesas gerais

	2015	2014
Prestadores de Serviços	7.051	7.664
Despesas administrativas	3.249	3.865
Programa de serviço educativo e projeto especial (a)	1.845	4.494
Programa Exposição e Programa Cultural (a)	1.738	2.066
Conservação, segurança e manutenção predial	1.036	1.575
Programa de Comunicação (a)	571	1.003
Programa Acervo/Conservação Documentação/Pesquisa (a)	157	446
Outras despesas	74	289
	15.721	21.402

(a) A seguir apresentamos a composição das despesas gerais das principais atividades da Entidade:

	Programa de serviço educativo e projeto especial		Programa Exposição e Programa Cultural		Programa de Comunicação		Programa Acervo/Conserv/Doc/Pesq	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Transportes	1	2.849	1.111	1.277	-	-	-	-
Lanches e refeições	687	909	-	-	-	-	-	-
Gráfica e material de comunicação	-	-	-	-	497	785	-	-
Assessoria de imprensa e publicações	-	-	-	-	54	204	-	-
Manutenção técnica e instalações	432	149	-	-	-	-	95	239
Manutenção de instrumentos musicais	140	80	-	-	-	-	-	-
Produção e divulgação	167	186	542	603	-	-	-	-
Material de consumo	70	71	-	-	-	-	-	-
Exposições	-	-	-	118	-	-	-	-
Acervo bibliográfico	-	-	-	-	-	-	47	101
Outras despesas	348	250	85	68	20	14	15	106
	1.845	4.494	1.738	2.066	571	1.003	157	446

13 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

14 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2015 e 2014.

15 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

16 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 116.326 e R\$ 5.100 para responsabilidade civil.

17 Eventos subsequentes

Em 1º de fevereiro de 2016, mediante despacho do Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado da Cultura publicado no Diário Oficial de 02 de fevereiro de 2016, a Entidade foi selecionada para dar continuidade ao gerenciamento das Fábricas de Culturas do Setor A (Contratos de Gestão nº 01/2011 e nº 03/2012) até 31 de dezembro de 2020, para o que se manifestou tempestivamente como interessada nos termos da Convocação Pública objeto da Resolução SC Nº 111, de 25 de novembro de 2015.

* * *

Sebastião Alberto Lima
Diretor Executivo

Rogério Gerlah Paganatto
CRC 1SP131987/0-3